UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVIDENCIAÇÃO DO TESTE DE IMPAIRMENT NAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS INDUSTRIAIS

JOSÉ HENRIQUE TAVARES GUIMARÃES

Goiânia

2013

sistema de bibliotecas ufg
Universidade Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca Central
Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia
Campus Samambaia – Caixa Postal 411 74001-970 Goiânia-GO
Fone (62) 3521-1183. Fax (62) 3521-1396

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS MONOGRAFIAS ELETRÔNICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DE MONOGRAFIAS DA UFG – RIUFG

1. Identificação do material bibliográfico monografia:
[X] Graduação [ ] Especialização

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso

Autor (a):	José Henrique Tavares Guimarães
E-mail:	jh_tg@hotmail.com
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? [x] Sim [ ] Não	
Título:	Evidenciação do Teste de *Impairment* nas Empresas do Setor de Bens Industriais
Palavras-chave:	Teste de Recuperabilidade. *Impairment*. CPC01-R1
Título em outra língua:	Disclosure of Impairment Test in Business Industrial Goods Sector
Palavras-chave em outra língua:	Test Recoverability. Impairment. CPC01-R1.
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	19/07/2013
Graduação/Curso Especialização:	Ciências Contábeis
Orientador (a):	Prof. Ms. Mac Daves de Morais Freire

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

a) Declara que o documento em questão é seu trabalho original, e que detém prerrogativa de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento em questão contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Goiás os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento em questão.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos do autor do conteúdo supracitado, autorizo a Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás a disponibilizar a obra, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional de Monografias da UFG (RIUFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data, sob as seguintes condições:

Permitir uso comercial de sua obra? ( ) Sim (X) Não
Permitir modificações em sua obra?
( ) Sim
( ) Sim, contando que outros compartilhem pela mesma licença .
(X) Não
A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Local e data Goiânia 19 de julho de 2013

José Henrique Tavares Guimarães
Assinatura do Autor e/ou Detentos dos Direitos Autorais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E CIÊNCIAS ECONÔMICAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOSÉ HENRIQUE TAVARES GUIMARÃES

EVIDENCIAÇÃO DO TESTE DE IMPAIRMENT NAS EMPRESAS DO SETOR DE BENS INDUSTRIAIS

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE, da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob orientação do Professor Me. Mac Daves de Morais Freire.

Goiânia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG

G963e

Guimarães, José Henrique Tavares.
Evidenciação do Teste de *Impairment* nas Empresas do Setor de Bens Industriais [manuscrito] / José Henrique Tavares Guimarães. - 2013.
41 f. : tabs.

Orientador: Prof. Me. Mac Daves de Morais Freire.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, 2013.
Bibliografia.
Inclui lista de tabelas.

1. Setor de Bens Industriais – Empresa- *Impairment*. *2.* BM&FBOVESPA (Bolsa de valores). 3. Teste de recuperabilidade. I. Título.

CDU: 657.372.3

José Henrique Tavares Guimarães

Evidenciação do Teste de Impairment nas empresas do setor de bens industriais

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Face) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof. Me. Mac Daves de Morais Freire - Orientador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Me. Ednei Morais Pereira - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha - Avaliador(a)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 19 de julho de 2013.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar o nível de evidenciação que tem sido aplicado pelas empresas a cerca da realização do teste de recuperabilidade em seus ativos fixos no Brasil, com o objetivo de verificar se as informações divulgadas pelas empresas buscam transmitir com clareza aos usuários as premissas utilizadas para se encontrar o valor recuperável dos ativos. Foram selecionadas como amostra as empresas do Setor de Bens Industriais da BM&FBOVESPA, num total de 38 empresas, das quais 5 delas não apresentaram demonstrações divulgadas no Brasil e que portanto não fizeram parte desta análise. Houve ainda duas empresas que não divulgaram as demonstrações referentes ao período findo em dezembro de 2012 e que por tanto neste ano não foram analisadas. A análise deste trabalho consistiu em levantar no CPC01-R1 os principais quesitos a serem evidenciados pelas empresas, e levantar pelas demonstrações financeiras as empresas que atenderam a cada quesito. Foram elaborados então 12 quesitos, pelos quais, após o levantamento de dados da amostra, percebeu-se que não houve no período uma evidenciação completa e suficiente para que os usuários externos possam compreender as estimativas realizadas, e ter confiança de que as premissas adotadas refletem realmente a realidade.

Palavras-chave: Teste de Recuperabilidade. *Impairment*. CPC01-R1.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the level of disclosure that has been applied by the companies about the completion of the impairment test on its fixed assets in Brazil, with the objective of determining if the information disclosed by companies seeking clearly convey to users the assumptions used to meet the recoverable amount of the assets. Were selected as a sample of companies in the Industrial Goods Sector BM&FBOVESPA, a total of 38 companies, of which 5 of them did not present financial statements disclosed in Brazil and therefore not part of this analysis. There were also two companies did not disclose the financial statements for the period ended in december 2012 and that therefore this year were not analyzed. The analysis of this work consisted in raising the CPC01-R1 key requirements to be disclosed by the companies, and lift the financial statements companies that met every aspect. Were then prepared 12 questions, by which, after the data collection of the sample, it was realized that there was during one complete and sufficient disclosure so that external users can understand the estimates made, and have confidence that the assumptions used reflect actually the reality.

Keywords: Test Recoverability. Impairment. CPC01-R1.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CVM: Comissão de Valores Mobiliários

FASB: Financial Accounting Standards Board

IASB: International Accounting Standards Board

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Diferenças entre a IAS 36 e a SFAS 144 14

Tabela 2: Total Geral dos Quesitos 21

Tabela 3: Quesito 1 - Possui nota explicativa sobre impairment? 22

Tabela 4: Quesito 2 - Possui Imobilizado? 23

Tabela 5: Quesito 3 - O Imobilizado foi testado? 24

Tabela 6: Quesito 4 - Possui Intangível? 24

Tabela 7: Quesito 5 - Evidencia a Vida Útil do Intangível? 25

Tabela 8: Quesito 6 - O Intangível foi testado? 25

Tabela 9: Quesito 7 - Houve perda? 26

Tabela 10: Quesito 8 - Houve reversão? 27

Tabela 11: Quesito 9 - Evidenciou a taxa de crescimento utilizada? 27

Tabela 12: Quesito 10 - Evidenciou a taxa de desconto utilizada? 28

Tabela 13: Quesito 11 - Evidenciou o período projetado? 28

Tabela 14: Quesito 12 - Utilizou-se de Avaliação Externa? 29

Tabela 15: Relação entre as respostas “Sim” dos quesitos 1, 2 e 3. 29

Tabela 15: Relação entre as respostas “Sim” dos quesitos 4, 5 e 6. 30

Tabela 17: Paralelo entre as que testaram e as que indicaram perda 30

Tabela 18: Paralelo das que apresentaram as premissas do teste 31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **7**

1.1 Problema e Justificativa 8

1.2 OBJETIVO 8

1.2.1 Objetivo Geral 8

1.2.3 Objetivo Específico 9

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO **10**

3. METODOLOGIA **16**

3.1 Tipo de Pesquisa 16

3.2 Definição da Amostra 16

3.3 Formulação dos quesitos 16

3.4 Limitações e Delimitações da Amostra 19

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS **21**

4.1 Quesitos de evidenciação recomendada pelo CPC01-R1 21

4.2 Respostas aos quesitos analisados 22

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS **32**

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **33**

7. ANEXO **36**

7.1 Anexo A – Relação de empresas da amostra 36

7.2 Anexo B – Tabela de tabulação dos dados amostrais 37

INTRODUÇÃO

A verificação feita pela empresa a respeito de seus ativos e a recuperabilidade destes a fim de registrá-los corretamente e avaliá-los a *fair value* é conhecida como Teste de *Impairment*, que, segundo Iudícibus et al. (2010), é uma "análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado".

Este teste foi estabelecido Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em seu Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC-01-R1), aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em sua Deliberação 527 de 01 de novembro de 2007, que tornou obrigatório seu cumprimento por todas as companhias abertas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Em âmbito internacional o Teste de *Impairment* é normatizado pela IAS 36 editada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e nas normas Americanas SFAS 142 e 144 do *Financial Accounting Standards Board* (FASB). No Brasil o CPC-01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) faz correlação direta com a IAS 36 do IASB.

O CPC-01 R1 determina que, se os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esses ativos ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado a perda referente a essa desvalorização. (IUDÍCIBUS et al., 2010 p. 235)

Contudo, este teste requer uma análise detalhada dos ativos da empresa. O CPC-01 R1 orienta, especificamente, que as entidades passem a fazer com periodicidade levantamentos com relação à recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis a fim de verificar a existência do *impairment*. Em 2007, o CPC-01 R1 foi aprovado exigindo que as empresas de capital aberto do país realizem o teste anualmente e que divulguem além de seu resultado os parâmetros utilizados e que se justifique sua utilização, ou seja, exige uma evidenciação detalhada para que permita aos usuários compreendem os procedimentos adotados pela entidade.

A constatação da existência de ativos registrados a valor superior ao valor recuperável leva a empresa a ter que ajustar seu valor, reconhecendo para isto uma perda por *impairment*. O reconhecimento desta perda afeta diretamente seu balanço, já que reduz o valor de seu ativo, e sua Demonstração de Resultado do Exercício, já que o reconhecimento da perda reduz o resultado do período. E por tudo isso é importante que os usuários das demonstrações contá-

beis possam compreender com clareza a realização deste teste, que pode afetar a seus interesses na empresa.

1.1 Problema e Justificativa

Deste cenário surge o problema de pesquisa que é: **Qual o nível de evidenciação do Teste de *Impairment* no setor de bens industriais das empresas listadas na *BM & F Bovespa?* E qual a evolução do nível de sua evidenciação ao longo do tempo?**

Este problema busca verificar se o mercado está seguindo as exigências do CPC- 01 R1 visto que existem considerações subjetivas a serem feitas, em que cabe a empresa justificar as premissas utilizadas e esclarecê-las aos usuários. Entretanto, este somente compreenderá as medidas tomadas pela empresa se houver a sua disposição todas as informações necessárias, o que também requer que estas informações disponibilizadas possuam, inclusive, qualidade suficiente.

Como este teste foi implantado no Brasil há pouco tempo, e se utiliza de subjetividade para estimar o valor recuperável, verifica-se a necessidade de analisar as informações que as empresas têm publicado e compará-las ao que o CPC-01 R1 pede que seja evidenciado, para descobrir se ele está sendo obedecido em todos os seus aspectos.

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo Geral

Apontar o nível de evidenciação das informações referentes ao teste de recuperabilidade de ativos, das empresas do ramo de bens industriais listadas na *BM & F BOVESPA* e acompanhar sua evolução ao longo dos anos de 2010, 2011 e, 2012.

Assim, este trabalho mostrará o que as empresas têm divulgado a respeito do teste de redução ao valor recuperável de ativos, comparar isto ao que está previsto no CPC-01 R1 verificando se houve alguma evolução ao longo do período analisado e ainda indicar os pontos de mais deficientes em relação ao CPC-01 R1.

1.2.3 Objetivo Específico

Relacionar os principais quesitos de evidenciação recomendada pelo CPC-01 R1 para o teste de *impairment*.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis em seu Pronunciamento Conceitual Básico – CPC00-R1 – faz a seguinte definição:

> O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

O CPC00-R01 é o pronunciamento que estabeleceu a estrutura básica a ser atendida pelos relatórios financeiros, não levando em consideração exigências do Governo ou de órgãos reguladores, e sim as necessidades comuns a usuários externos em geral.

"O objetivo principal da contabilidade, portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras" (MARION, 2009, P. 145).

Assim a divulgação se faz necessária para atender a carência de informações dos usuários externos, com enfoque especial aos investidores e aos credores, que possuem interesse especial sobre a entidade, porém estão limitados aos dados que lhes são fornecidos, onde sua principal fonte são os relatórios financeiros da entidade.

Neste sentido Hendriksen e Breda (1999) trazem como principal objetivo da divulgação de informações financeiras o apoio aos acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, possibilitando a predição de fluxos de caixa da empresa.

Frente à divulgação das informações contábeis, é necessário compreender o conceito de ativo e, quais são os tratamentos contábeis aplicados a eles. O IASB define o ativo como um "recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para a entidade". Já para o FASB os ativos são "prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados por uma entidade particular como resultado de transações ou eventos passados".

Apesar de que os conceitos trazidos por estes dois órgãos de renome no cenário da contabilidade internacional assemelharem-se, para Niyama e Silva (2011), no conceito do FASB, houve um excesso de palavras na expressão “prováveis benefícios econômicos futuros”, já que o termo futuro pressupõe que seja algo provável, para ele seria mais apropriado à definição do IASB.

Seguindo a linha internacional o CPC, em seu Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro, conceituou ativo como “um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade” conceito muito semelhante aos anteriores, o que é compreensível pela convergência das normas brasileiras de contabilidade.

Em meio a este contexto temos também a discussão a respeito da mensuração destes ativos, que devem obedecer a regras especificas, de acordo com a natureza, e neste sentido Souza, et al. (2011) trazem o seguinte entendimento:

> É sensato que o valor mais adequado de registro seja o de aquisição, pois, naquele momento, provavelmente, refletirá a quantia mais condizente com sua capacidade de geração de retorno econômico e financeiro. Contudo, ao longo da vida útil dos ativos controlados pela companhia, o mercado sofre constantes mutações, e a empresa, por vezes, obriga-se a realizar reestruturações para se adaptar a tais mudanças. Assim, quando constatada uma redução no valor de recuperação, é prudente o reconhecimento da baixa.

Cabe a contabilidade então um papel intermediário, responsável por trabalhar as informações e transmiti-las aos usuários, de modo a fornecer base técnica a sua tomada de decisão. As informações contábeis por sua vez são regulamentadas, e devem sempre obedecer às normas estabelecidas.

No Brasil as principais normas contábeis aplicadas às sociedades por ações são: A Lei 6.404 de 1976, que é o dispositivo legal regulamentador das Sociedades Anônimas no Brasil, estabelece inclusive as diretrizes das demonstrações financeiras elaboradas pelas empresas de capital aberto no país, lei que posteriormente foi alterada pela Lei 11.638 de 2007 e 11.941 de 2009, que determinaram a adoção do padrão internacional de contabilidade. Esta lei foi o marco inicial no Brasil do processo de convergência, onde o mercado brasileiro adere à padronização internacional das demonstrações financeiras, que objetiva proporcionar aos investidores o entendimento sobre o que é divulgado pelas empresas dos mais diversos países.

A lei 11.638 de 2007 também abriu as portas para um convênio entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e uma entidade que tenha por fim o estudo a divulgação de normas, princípios e padrões de contabilidade e auditoria, e que obrigatoriamente ser composta em sua maior parte por contadores, podendo ser composta também por representantes de outras sociedades afins.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em sua resolução 1.055 de 07 de outubro de 2005 criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) composto por contadores e outras entidades, e com a finalidade de estudo e de divulgação de princípios, normas, e padrões a serem praticados pelas empresas.

Com as modificações implantadas pela lei 11.638/07, iniciando o processo de convergência das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais, o CPC, tendo como base as normas internacionais do IASB, e também com influencia do FASB, passa a emitir seus Pronunciamentos Técnicos, bases para as normas a serem adotadas no Brasil, em acordo com o padrão internacional.

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) traz ao Brasil o padrão internacional com relação ao valo recuperável de ativos, o teste de *impairment*, o qual verifica a existência de perdas nos valores do imobilizado e do intangível. Este teste também foi incluído a partir da lei 11.638/07 e sua aplicação se inicia no exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Os ativos, por suas próprias características acabam gerando a necessidade de se reconhecer as desvalorizações que eles acabam sofrendo ao longo do tempo. Isto é explicado a seguir por Borba e Zandonai (2008):

> Os ativos são registrados na contabilidade pelo seu valor de aquisição, porém após alguns anos, com as constantes modificações na economia, a rapidez da evolução tecnológica, certos ativos perdem parte da capacidade de geração de benefícios futuros existentes na época em que foram adquiridos.

O teste de *impairment* é então a ferramenta para ajustar o valor destes ativos ao seu valor recuperável. O objetivo do teste é explicado a seguir por Machado, et al. (2009):

> Com essa prática, objetiva-se que nenhum ativo fique registrado contabilmente por valor superior ou ao caixa que ele produziria se fosse vendido ou ao caixa que ele ajudará a produzir no futuro. Ou o ativo tem valor econômico, tem capacidade de recuperação do que existe de saldo dele aplicado, ou é obrigatório que se reconheça a diferença como perda. Daí a obrigação dessa análise periódica com relação à capacidade de recuperação de seu valor.

Porém é importante ressaltar que antes de qualquer norma contábil a ideia da desvalorização dos ativos já existia na contabilidade e vinha sendo praticada, principalmente relacionada a outros ativos como afirma Machado, et al. (2009):

> A prática de *impairment* existe há anos, e seu conceito já era utilizado para alguns ativos, como estoques, quando se fala em custo ou mercado, dos dois o menor; e contas a receber, quando se fala em provisão para ajuste dos créditos a seu valor de realização. No entanto, de acordo com a definição de ativo, o teste de recuperabilidade, ou teste de *impairment*, é uma técnica que já deveria estar sendo praticada em todos os ativos, independente de qualquer regra legal.

Borba e Zandonai (2008) realizaram um estudo onde buscaram identificar e analisar pesquisas científicas sobre o teste de *impairment* publicadas nas principais revistas acadêmicas de língua inglesa. Anteriormente eles fizeram um levantamento nos congressos e revistas nacionais no qual constaram que havia apenas quatro pesquisas sobre o tema em língua portuguesa e por esta razão decidiram partir para as publicações em língua inglesa.

Em seu novo levantamento foram encontrados 62 artigos dentro dos critérios da pesquisa e destes apenas 13 foram analisados por serem os únicos caracterizados como empíricos. Como resultado encontrou que mesmo em outros países onde a contabilidade se encontra mais avançada e a norma sobre *impairment* já está em vigor há muito mais tempo, ainda existem poucas pesquisas empíricas sobre o tema. Dentre as pesquisas analisadas temas relacionados ao *goodwill* e empresas de óleo e gás se destacam.

Machado, et al (2009) levantaram nos principais pronunciamentos do FASB e do IASB sobre o impairment suas principais divergências e, realizaram uma análise para determinar como fatores extra-balanço se relacionam com as despesas de impairment reconhecidas pelas empresas do setor petrolífero listadas na New York Stock Exchange (NYSE). Foram identificadas diferenças relevantes entre as normas, segue quadro apresentando com as principais divergências entre as normas:

Tabela 1: Diferenças entre a IAS 36 e a SFAS 144

Tópicos	IAS 36	SFAS 144
Alcance do Teste	Ativos fixos, ativos intangíveis, goodwil e, investimentos societários	Ativos de longa duração, ativos em disponibilidade (mantidos para venda e operações descontinuadas)
Valor Recuperável	Maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo ou seu valor em uso.	Soma dos fluxos de caixa não descontados esperados, decorrentes do uso e eventual venda do ativo
Identificação da Perda	Valor contábil do ativo (grupo de ativos) for maior que seu valor de preço liquido de venda ou seu valor de uso.	Valor contábil do ativo (grupo de ativo) for maior que a soma dos fluxos de caixa futuros não descontados.
Tratamento Contábil	Reconhecimento no resultado. A perda pode ser revertida se as condições que indicaram o impairment mudarem.	Reconhecimento no resultado. A perda não poderá ser revertida.

Fonte: Adaptado de Machado, et al. (2009).

Foi identificada uma grande representatividade dos ativos da atividade de exploração e produção no ativo total das empresas, e que todas as variáveis independentes (reservas, descobertas e produção) tiveram comportamento inverso à despesa de impairment de E&P (variável dependente).

Santos, et al. (2010) mapearam a produção acadêmica nacional sobre o teste de *impairment* publicada nos principais periódicos e nos anais de congresso na área de contabilidade entre 2005 e 2009. No estudo foram identificados 14 artigos científicos, dos quais 10 são de abordagem empírica, com destaque para a abordagem comparativa referente aos impactos da normatização do teste de *impairment*.

Cunha, et al. (2010) identificaram as empresas dos setores de energia elétrica, água e saneamento, petróleo e gás, telecomunicações e transporte aéreo, perfazendo um total de 96 empresas, que no ano de 2008 reconheceram e divulgaram em suas demonstrações perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Do total de empresas apenas 9 constituíram provisão por *impairment* e, 3 foram omissas em relação ao teste.

Wuerges, et al. (2011) levantaram todas as empresas listadas na BOVESPA que nos anos de 2008 e 2009 reconheceram em suas demonstrações perda no valor recuperável em ativos imobilizados ou intangíveis, o que resultou em uma amostra de 67 empresas. Foi mensurado o nível de *disclosure* por meio de um índice calculado com base em cinco métricas elaboradas a partir das exigências do CPC-01 R1.

Através de um Modelo de Regressão Linear Múltipla foram testadas seis hipóteses, baseadas nas seguintes variáveis independentes: tamanho; rentabilidade; empresa de auditoria; governança corporativa; internacionalização e endividamento.

Como resultado se destaca que em média as empresas maiores e auditadas por *Big Four* tendem a ter maior nível de atendimento às exigências de divulgação do CPC-01 R1, e ao nível de significância de 10% as empresas com menores índices de rentabilidade tendem, em média, a ter um maior nível de adequação ás exigências de evidenciação emanadas pelo CPC-01 R1.

Almeida e Albani (2012) realizaram um estudo em que a partir do Pronunciamento Técnico 1 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC-01R1), buscaram identificar se as exigências desta norma estavam sendo atendidas, fazendo uma avaliação de forma qualitativa. Seu estudo foi realizado a partir das demonstrações financeiras das empresas listadas no 'Novo Mercado' da BM&FBOVESPA no ano de 2010, perfazendo um total de 125 empresas. Do total de empresas 106 divulgaram realizar o teste de *impairment*, porém poucas atenderam as recomendações mínimas necessárias ao bom entendimento do usuário. E como análise adicional identificou que 92,45% das empresas analisadas foram auditadas por uma das *Big Four*.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Este trabalho é de abordagem qualitativa, com enfoque interpretativo exploratório. Serão utilizadas as notas explicativas das empresas que fazem parte da amostra para analisar e comparar as práticas do mercado com o que é exigido pela norma.

3.2 Definição da Amostra

A amostra a ser utilizada pela pesquisa será composta por empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros do Estado de São Paulo (BM&FBOVESPA), mais especificamente o setor de Bens Industriais por se tratar de um ramo de atividade mais adequado às condições da pesquisa, devido a seu elevado índice de imobilização. Este setor é composto por um total de 38 empresas. Serão analisadas as Demonstrações Contábeis dos períodos de 2010, 2011 e 2012 a fim de se verificar sua situação e também a evolução ao longo do tempo.

Foram coletadas as demonstrações contábeis das empresas da amostra, nos próprios sites das empresas, e nestas foram buscados termos que indicassem a realização do teste de *impairment*, tanto para os ativos intangíveis quanto para o imobilizado, além disso, foram identificadas e analisadas todas as Notas Explicativas relacionadas ao imobilizado, intangível, teste de *impairment*, redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e outros termos semelhantes.

3.3 Formulação dos quesitos

Com base no que a norma (CPC 01) instrui a divulgar sobre o teste de *impairment* se observou a necessidade de uma divulgação mínima a respeito das evidências encontradas pela empresa na em sua análise, bem como todas as estimativas feitas e as premissas utilizadas para se apurar o valor recuperável dos ativos.

Vale ressaltar que o CPC 01 em seu item 132 deixa claro que, com exceção dos ativos intangíveis, não existe obrigação de se fazer qualquer divulgação a respeito dos testes realizados. Entretanto este mesmo item encoraja esta prática aos demais ativos. Ao divulgar estas

informações a entidade daria transparência a esta operação contábil, facilitando a análise dos usuários.

Determinado os fatores de execução, foram identificados no CPC01-R01 os seguintes itens que devem ser evidenciados pelas empresas em suas demonstrações:

1. Possui nota explicativa sobre *impairment*?

Este quesito teve por objetivo identificar dentre as demonstrações analisadas, aquelas que não evidenciaram o teste de *impairment*. Logo neste quesito se observou padrões entre as diferentes empresas, a maioria apresentou em suas politicas contábeis que o imobilizado se apresentava líquido das perdas por redução ao valor recuperável e que apenas na existência de evidências de *impairment* o imobilizado é testado.

2. Possui Imobilizado?

Por se tratar de um elemento que deve ser testado, saber se a empresa possui o item justifica uma possível falta de evidenciação. Neste quesito todos aqueles que em meio a seus elementos patrimoniais possuíam o grupo de ativos imobilizado receberam resposta positiva.

3. O Imobilizado foi testado?

Este quesito identificou as empresas que afirmaram ter feito o teste de *impairment* em seus ativos imobilizados no período. Seu objetivo é de fazer frente à informação trazida pelo quesito anterior, e comparar o número de empresas que apresentaram o item imobilizado em suas demonstrações, com o número de empresas que afirmaram ter realizado o teste no período. Todas as empresas que em suas demonstrações afirmaram ter realizado o teste no período receberam uma resposta positiva.

4. Possui Intangível?

O Intangível, em especial os de vida útil não definida, por ser o item que a norma obriga as empresas a testarem anualmente. Neste quesito todos aqueles que em meio a seus elementos patrimoniais possuíam o grupo de ativos intangível receberam resposta positiva.

5. Evidência a Vida Útil do Intangível?

Para se verificar a obrigatoriedade do teste, é necessário que se identifique dentro do grupo intangível os itens que possuem vida útil definida, e os que não. Todos que evidenciaram, em suas demonstrações, a vida útil de seu intangível, por item ou grupo de itens de mesma natureza, receberam uma resposta positiva.

6. O Intangível foi testado?

Este quesito identificou as empresas que afirmaram ter feito o teste de *impairment* em seus ativos intangíveis no período. Seu objetivo é de fazer frente à informação trazida pelos quesitos anteriores, e comparar o número de empresas que apresentaram o item intangível em suas demonstrações, com o número de empresas que afirmaram ter realizado o teste no período. Todas as empresas que em suas demonstrações afirmaram ter realizado o teste no período receberam uma resposta positiva.

7. Houve perda?

No caso do resultado do teste apontar que o valor contábil dos ativos é superior ao valor recuperável deverá ser registrada a perda por *impairment*. Este quesito identifica as empresas que evidenciaram esta situação. Todos aqueles que afirmaram ter encontrado em seu teste evidência de perda por *impairment* receberam resposta positiva.

8. Houve reversão?

Após o reconhecimento de uma perda por *impairment* a empresa deverá sempre em seus testes verificar se não houveram mudanças que possam afetar o resultado do teste sobre o ativo que sofreu a desvalorização, e havendo mudanças e se constatado um novo resultado para o teste a perda deverá ser revertida. Todos aqueles que afirmaram ter encontrado em seu teste evidência de reversão de perda por *impairment* receberam resposta positiva.

9. Evidenciou a taxa de crescimento utilizada?

A taxa de crescimento é utilizada na projeção dos fluxos de caixa futuros, que é utilizado para estimar o valor em uso do bem, é um item subjetivo que a empresa deve julgar ser a mais apropriada para uso, e possui grande sensibilidade dentro do teste, já que sua variação

pode modificar completamente seu resultado. Todos que em suas demonstrações evidenciaram a taxa de crescimento utilizada para o teste de *impairment* receberam resposta positiva.

10. Evidenciou a taxa de desconto utilizada?

Assim como a taxa de crescimento, a taxa de desconto esta relacionada a estimativa do valor em uso dos ativos, é um item subjetivo que é definido pela empresa a partir de suas estimativas e seu conhecimento técnico, e sua influencia sobre o resultado do teste também é altamente relevante. Todos que em suas demonstrações evidenciaram a taxa de desconto utilizada para o teste de *impairment* receberam resposta positiva.

11. Evidenciou o período projetado?

Este item está relacionado à estimação do valor em uso do bem, é tomado com base no julgamento da empresa, e indica o período em que o ativo irá gerar fluxos de caixa para a empresa. Todos que evidenciaram em nota explicativa o período adotado para sua projeção receberam resposta positiva.

12. Utilizou-se de Avaliação Externa?

A empresa pode considerar mais viável a contratação de terceiros para realização do teste, este quesito identificou quais das empresas avaliadas que tomaram esta medida para o teste de *impairment*. Todos que em suas demonstrações evidenciaram terem utilizado terceiros para o teste receberam resposta positiva.

Estes quesitos foram tabulados em planilha eletrônica, e tiveram duas respostas possíveis: Sim ou Não. Com o questionário elaborado, buscou-se em cada demonstração, itens que expressassem o teste de impairment, bem como a divulgação das premissas utilizadas pelas empresas.

3.4 Limitações e Delimitações da Amostra

Este estudo se restringe análise da evidenciação do teste de *impairment* delimitado aos grupos de ativo imobilizado e intangível, em razão de que é sobre estes grupos que as normas

sobre *impairment* estudadas se aplicam, lembrando que para outros grupos de ativos existem outras normas com determinações específicas, de acordo com a natureza do ativo.

A BM&FBOVESPA disponibiliza na internet através de seu site as relações das empresas que tem suas ações negociadas nela classificadas por setor econômico de atuação, a amostra desta pesquisa foi escolhida pelo setor de atuação. Porém ao buscar a relação destas empresas, na relação fornecida pela BM&FBOVESPA apresentou empresas que não possuem demonstrações financeiras publicadas no Brasil. São cinco as empresas que se enquadram nesta situação, e que por tanto não serão analisadas por esta pesquisa, já que nosso objetivo é analisar as empresas brasileiras, e suas publicações no país.

Seus resultados limitam-se as empresas que compõe a amostra, com exceção das cinco empresas citadas anteriormente que não se enquadram nesta pesquisa, no período compreendido pelos anos de 2010, 2011 e 2012, no ano de 2012 com exceção das duas empresas que não haviam divulgado suas demonstrações deste ano, até a conclusão deste trabalho.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Serão apresentados neste capítulo os resultados encontrados pela pesquisa. Os resultados de cada um dos quesitos levantados por esta pesquisa, as condições verificadas, bem como as análises destes resultados. Abaixo segue a planilha genérica com os totais anuais, e o total geral:

Tabela 2: Total Geral dos Quesitos

	N E Impair	Imob	Test Imob	Intagível	Vida Útil Intag	Teste Intang	Perda	Reversão	Tx Cresc	Tx Desc	Períod Proj	Av Externa
2010												
Sim	30	32	6	28	23	9	1	0	4	8	3	0
Não	3	1	27	5	10	24	32	33	29	25	30	33
2011												
Sim	30	32	7	28	23	11	3	0	5	8	5	0
Não	3	1	26	5	10	22	30	33	28	25	28	33
2012												
Sim	29	31	8	27	24	12	4	0	6	9	5	0
Não	2	0	23	4	7	19	27	31	25	22	26	31
Total												
Sim	89	95	21	83	70	32	8	0	15	25	13	0
Não	8	2	76	14	27	65	89	97	82	72	84	97

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

4.1 Quesitos de evidenciação recomendada pelo CPC01-R1

O CPC01-R1 em seu titulo “Divulgação”, que vai dos itens 126 a 136 estabelece as diretrizes que devem ser seguidas pelas empresas a respeito da evidenciação do teste de impairment. A seguir são relacionados os principais quesitos, elaborados com base no que é exigido no pronunciamento.

1) O valor total das perdas reconhecidas no resultado, por classe de ativos, e a conta de resultado em que estas foram reconhecidas;

2) O Valor total das reversões reconhecidas no resultado, por classe de ativos, e a conta de resultado em que estas foram reconhecidas;

3) Caso a entidade reporte suas informações por segmento, ela deverá divulgar os itens anteriores por segmento.

4) Os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda ou da reversão.

5) A natureza do ativo, no caso de um ativo individual, ou a descrição da unidade geradora de caixa, para grupo de ativos.

6) Para grupo de ativos (unidade geradora de caixa), se houver mudanças em composição, deverá ser divulgada sua descrição atual e também a descrição anterior.

7) Qual é o valor recuperável do ativo, valor de venda líquido das despesas de venda ou o valor em uso.

8) Quando o valor recuperável for o valor em uso, deverá ser divulgada a taxa de desconto utilizada para estimar o valor dos fluxos de caixa futuros. Não é exigida das empresas a divulgação de todas as premissas a cerca da apuração do valor em uso dos ativos, porém o CPC01-R1 em seu item 132 encoraja as empresas a divulgarem, exceto quando se trata do ágio por expectativa de rentabilidade futura, ou qualquer ativo intangível de vida útil não definida, em que neste caso o item 134 exige que todas as premissas sejam divulgadas.

4.2 Respostas aos quesitos analisados

1. Possui nota explicativa sobre *impairment*?

Este quesito mostra em meio ao grupo analisado, quantas empresas apresentaram nota explicativa evidenciando o teste de *impairment,* conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Quesito 1 - Possui nota explicativa sobre impairment?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	30	100%	91%	30	100%	91%	29	97%	94%
Não	3	100%	9%	3	100%	9%	2	67%	6%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Neste quesito verificou-se que durante o período analisado o percentual de empresas que apresentaram em suas demonstrações alguma informação que indicasse o *impairment,*foi sempre superior a 90%.

De modo geral a grande maioria das empresas publicaram notas explicativas muito semelhantes, onde o teste era apresentando nas politicas contábeis, nos tópicos de imobilizado

e intangível informando que estes estão líquidos das devidas perdas por *impairment,* é apresentado também nas estimativas contábeis como item sensível a possíveis mudanças, e por fim, nos próprios itens de imobilizado e intangível.

Nos anos de 2010 e 2011 o mesmo número de empresas apresentou o teste de *impairment* em suas demonstrações, 30 das 33 em cada ano. Porém em 2012 por conta das duas empresas que não divulgaram suas demonstrações, os números foram diferentes dos outros anos, sendo para este 29 das 31 divulgaram.

2. Possui Imobilizado?

Este quesito identifica a característica que levou a escolha do grupo, que se deu por conta do alto grau de imobilização. Identificou-se então a quantidade de empresas que apresentou em suas demonstrações o grupo de ativos do imobilizado. Segue abaixo a tabela de resultados:

Tabela 4: Quesito 2 - Possui Imobilizado?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	32	100%	97%	32	100%	97%	31	97%	100%
Não	1	100%	3%	1	100%	3%	0	0%	0%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Pela planilha acima é possível notar que o item analisado pelo quesito, o ativo imobilizado, é um item muito comum dentre as empresas do grupo, e que durante todo período da análise o número das empresas que possuem este item imobilizado não foi inferior a 97% e nenhum dos três anos.

Este quesito obteve como resultado nos anos de 2010 e 2011 que 32 das 33 empresas apresentavam em suas demonstrações o item imobilizado. E em 2012 duas demonstrações não foram publicadas, sendo então que dás 31 que publicaram suas demonstrações todas apresentaram o item imobilizado.

3. O Imobilizado foi testado?

Como acima se observou a análisedas empresas que apresentaram em suas demonstrações o item imobilizado, neste quesito, se identificou as que afirmaram terem realizado o teste. Segue abaixo a tabela de análise:

Tabela 5: Quesito 3 - O Imobilizado foi testado?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	6	100%	18%	7	117%	21%	8	114%	26%
Não	27	100%	82%	26	96%	79%	23	88%	74%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Analisando a planilha acima percebemos que dentre este grupo de empresas, nos três anos da pesquisa, houve uma superioridade entre as empresas que não realizaram o teste de impairment. Porém é possível notar ainda que neste período houve um pequeno crescimento dentre as que divulgaram ter realizado o teste no período.

No ano de 2010 o número de empresas analisadas foi de 33, das quais 30 apresentaram o teste de *impairment,* em 32 havia o item imobilizado, e apenas 6 afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações. Para 2011 a única mudança foi que 7 empresas afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações. E em 2012 o número de empresas analisadas foi de 31, em que todas apresentaram o item imobilizado, e que 8 empresas afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações.

4. Possui Intangível?

Neste quesito apurou-se dentre as empresas da amostra, aquelas que apresentaram em suas demonstrações o item intangível, conforme a tabela a seguir:

Tabela 6: Quesito 4 - Possui Intangível?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	28	100%	85%	28	100%	85%	27	96%	87%
Não	5	100%	15%	5	100%	15%	4	80%	13%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Como está ilustrado pela planilha acima, podemos visualizar que uma parte relevante das empresas que formam o grupo desta análise possuem o grupo de ativos intangíveis, sendo que em todo o período o percentual destas empresas não foi inferior a 85% do total.

Este quesito obteve como resultado nos anos de 2010 e 2011 que 28 das 33 empresas apresentavam em suas demonstrações o item intangível. E em 2012 das 31, 27 apresentaram o item em suas demonstrações.

5. Evidência a Vida Útil do Intangível?

Este quesito identificou, dentre as empresas analisadas, aquelas que evidenciaram em suas demonstrações a vida útil dos itens que compõe o grupo de ativos intangíveis, conforme a tabela a seguir:

Tabela 7: Quesito 5 - Evidencia a Vida Útil do Intangível?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	23	100%	70%	23	100%	70%	24	104%	77%
Não	10	100%	30%	10	100%	30%	7	70%	23%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Na planilha acima é possível analisar as empresas que trouxeram em suas notas explicativas discriminações a respeito da vida útil de ativos intangíveis. Ainda que seja uma informação básica a ser evidenciada pelas empresas, o número de empresas que não divulgaram estes dados foi de 30% nos anos de 2010 e 2011 e de 23% em 2012.

Em 2010 e 2011, 23 das 33 empresas divulgaram em suas demonstrações a vida útil de seus intangíveis, fazendo a separação daqueles que possuíam vida útil identificável, e os que não. E em 2012 24 das 31 empresas divulgaram em suas demonstrações a vida útil de seus intangíveis.

6. O Intangível foi testado?

Como foi demonstrado pelos quesitos anteriores, dentre as empresas deste estudo existem várias que possuem dentre seus ativos o grupo de intangíveis, por meio deste quesito identificamos quais delas divulgaram haverem realizado o teste, na tabela a seguir temos seus resultados:

Tabela 8: Quesito 6 - O Intangível foi testado?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	9	100%	27%	11	122%	33%	12	109%	39%
Não	24	100%	73%	22	92%	67%	19	86%	61%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Mesmo sendo um item que deve obrigatoriamente ser testado anualmente, o que se verificou neste quesito o número de empresas que afirmaram terem realizado o teste foi muito

inferior ao número de empresas que apresentaram o item intangível, indo de 27% em 2010 a 39% em 2012. Porém se observarmos a tabela acima podemos perceber que no decorrer do período de análise houve um aumento no número de empresas que realizaram o teste nos dois períodos de comparação.

No ano de 2010 o número de empresas analisadas foi de 33, das quais 30 apresentaram o teste de *impairment*, em 28 havia o item intangível, e apenas 9 afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações. Para 2011 a única mudança foi que 9 empresas afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações. E em 2012 o número de empresas analisadas foi de 31, em que 27 apresentaram o item intangível, e que 12 empresas afirmaram realizar o teste de *impairment* em suas demonstrações.

7. Houve perda?

Por este quesito podemos observar em meio às empresas da amostra quais delas reconheceram em suas demonstrações perda por redução ao valor recuperável de ativos, que deve ser reconhecida sempre que o resultado do teste apontar que o valor contábil do ativo é superior a seu valor recuperável. Segue abaixo a tabela de análise:

Tabela 9: Quesito 7 - Houve perda?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	1	100%	3%	3	300%	9%	4	133%	13%
Não	32	100%	97%	30	94%	91%	27	90%	87%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Como pode ser observado na tabela acima, em todo o período analisado, foram poucas as empresas que divulgaram terem obtido como resultado do teste uma perda por não recuperabilidade em seus ativos. Porém quando observamos seu comportamento ao longo dos períodos analisados podemos perceber o número de empresas que evidenciaram perda por *impairment* cresceu a cada período.

8. Houve reversão?

No quesito acima buscou-se identificar todas as empresas que evidenciaram em suas demonstrações que durante o período reconheceram uma reversão de perda por *impairment*. Segue tabela de resultados:

Tabela 10: Quesito 8 - Houve reversão?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	0	100%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%
Não	33	100%	100%	30	91%	100%	31	103%	100%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Mesmo com a previsão na CPC01-R1, de que as perdas deverão ser revertidas no caso de se identificar que houve mudanças significativas que justifiquem esta reversão, com exceção do ágio, nas demonstrações analisadas nenhuma empresa realizou reversão de perda por *impairment*. Como pode ser observado na tabela acima a única mudança foi no número de empresas analisadas no ano de 2012.

9. Evidenciou a taxa de crescimento utilizada?

Este quesito buscou identificar as empresas que evidenciaram em suas demonstrações a taxa de crescimento, que é estimada pela empresa que a utiliza na identificação do valor em uso do bem em que foi realizado o teste de *impairment*. Abaixo segue a tabela de análise:

Tabela 11: Quesito 9 - Evidenciou a taxa de crescimento utilizada?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	4	100%	12%	5	125%	15%	4	80%	13%
Não	29	100%	88%	28	97%	85%	27	96%	87%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Na tabela acima podemos identificar que as empresas da amostra que divulgaram a taxa de crescimento, utilizada para estimar o valor em uso de seus ativos para o teste de recuperabilidade, somaram 12% no ano de 2010, 15% no ano de 2011, e 13% em 2012. Por esta análise é possível perceber que as empresas que divulgaram esta informação cresceu no ano de 2011 relativamente ao ano de 2010, e que volta a cair em 2012, esta situação se deu por conta de que esta empresa que divulgou esta informação em 2011 deixou de divulgá-la em 2012.

10. Evidenciou a taxa de desconto utilizada?

Este quesito buscou identificar as empresas que evidenciaram em suas demonstrações a taxa de desconto, que é estimada pela empresa que a utiliza na identificação do valor em uso do bem em que foi realizado o teste de *impairment*. A baixo segue a tabela de análise:

Tabela 12: Quesito 10 - Evidenciou a taxa de desconto utilizada?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	8	100%	24%	8	100%	24%	9	113%	29%
Não	25	100%	76%	25	100%	76%	22	88%	71%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Na tabela acima podemos identificar que as empresas da amostra que divulgaram a taxa de desconto, utilizada para estimar o valor em uso de seus ativos para o teste de recuperabilidade, somaram 24% nos anos de 2010 e de 2011, e 29% em 2012. Por esta análise é possível perceber que as empresas que divulgaram esta informação se manteve no ano de 2011 relativamente ao ano de 2010, e que, porém tem um pequeno crescimento em 2012.

11. Evidenciou o período projetado?

Outra informação relevante para se determinar o valor em uso de um bem é o período de projeção dos fluxos de caixa futuros, e que ajuda a compreender as estimativas feitas pela empresa para chegar ao resultado de seu teste de *impairment*. Na tabela a seguir temos a análise deste quesito:

Tabela 13: Quesito 11 - Evidenciou o período projetado?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	3	100%	9%	5	167%	15%	5	100%	16%
Não	30	100%	91%	28	93%	85%	26	93%	84%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Analisando as informações da tabela acima podemos perceber que dentre as empresas que compõe a amostra, o percentual de empresas que divulgaram em suas demonstrações o período utilizado para projeção do fluxo de caixa foi de 9% em 2010, 15% em 2011 e 16% em 2012. Se observarmos seu comportamento ao longo dos anos verificamos que houve um crescimento no ano de 2011 em relação a 2010, e que, porém em 2012 o número de empresas se manteve no mesmo que do ano anterior.

12. Utilizou-se de Avaliação Externa?

Este quesito identificou as empresas dentre a amostra que contrataram terceiros para realizar o teste em seus ativos, e identificar a existência de perdas por não recuperabilidade,

esta medida poderia trazer ao usuário mais informações a respeito da realização do teste, bem como aumentar a confiabilidade nas premissas adotadas. Segue abaixo a tabela de resultados:

Tabela 14: Quesito 12 - Utilizou-se de Avaliação Externa?

	2010	AH	AV	2011	AH	AV	2012	AH	AV
Sim	0	100%	0%	0	0%	0%	0	0%	0%
Não	33	100%	100%	33	100%	100%	31	94%	100%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Ainda que esta medida pudesse trazer maior independência a realização do teste, trazendo assim maior segurança a sua realização e também ao resultado encontrado, durante todo o período compreendido pela pesquisa, os anos de 2010, 2011 e 2012, nenhuma das empresas participantes da amostra evidenciaram em suas demonstrações a utilização de terceiros para realização do teste de recuperabilidade de ativos.

A análise dos resultados encontrados pelos quesitos deste trabalho aponta que neste grupo de empresas, ainda que em cada um dos três anos o percentual de empresas que apresentarem o teste de *impairment* em seu texto tenha sido superior a 90%, e de que o percentual das empresas que possuem o grupo de ativos imobilizado ter sido de 97% nos três anos, o percentual das empresas que afirmaram terem realizado o teste nesta classe de ativos durante todo o período evoluiu ao longo dos anos, chegando em 2012 ao máximo de 26%. Abaixo segue a tabela demonstrativa destes percentuais:

Tabela 15: Relação entre as respostas "Sim" dos quesitos 1, 2 e 3.

	2010	2011	2012
Nota Explicativa Impairment	91%	91%	94%
Imobilizado	97%	97%	97%
Teste Imobilizado	18%	21%	26%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Esta discrepância se explica pelo fato de que o teste de *impairment*, apesar de ser relacionado dentre as políticas contábeis das empresas e de ser apontado como uma estimativa contábil, é tratado de forma genérica, com informações superficiais ou até sem informações a respeito da realização do teste ou das premissas adotadas, sendo este o motivo de tamanha diferença entre os percentuais da tabela acima.

O intangível, apesar de ser um item que deve ser testado periodicamente, o que se percebe é que em muitas empresas sua situação foi semelhante a do imobilizado, em que apesar

de ser apontando como politica da empresa, em suas demonstrações não foi evidenciado que o teste tenha sido realizado no período analisado.

Tabela 16: Relação entre as respostas "Sim" dos quesitos 4, 5 e 6.

	2010	2011	2012
Intangível	85%	85%	87%
Vida Útil Intangível	70%	70%	77%
Teste Intangível	27%	33%	39%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Pela tabela acima nota-se que no período analisado o percentual das empresas que possuem a classe de ativos intangível foi de no mínimo 85% em cada ano, sendo que delas o percentual das que evidenciaram a vida útil destes intangíveis foi no mínimo de 70% a cada ano. Porém o percentual das que evidenciaram ter realizado o teste foi de no máximo 39% em cada ano. Pode ser observada uma pequena evolução no decorrer do período analisado em relação ao percentual das empresas que evidenciaram em suas demonstrações perdas por *impairment*, em que em 2010 este percentual foi de 27%, em 2011 de 33% e, em 2012 de 39%.

Tabela 17: Paralelo entre as que testaram e as que indicaram perda

	2010	2011	2012
Teste Imobilizado	18%	21%	26%
Teste Intangível	27%	33%	39%
Perda	3%	9%	13%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Em consequência de que apesar de muitas empresas tratarem do assunto do teste em suas demonstrações poucas foram as que afirmaram realizar o teste, o número de empresas que encontraram em seu teste, evidência de perda por redução ao valor recuperável também foi baixo. No decorrer do período analisado, o percentual de empresas que reconheceram perda por *impairment* cresceu durante os três anos analisados, sendo que em 2010 foi de 3%, em 2011 9% e, em 2012 13%.

Tabela 18: Paralelo das que apresentaram as premissas do teste

	2010	2011	2012
Reversão de Perdas Anteriores	0%	0%	0%
Taxa de Crescimento	12%	15%	13%
Taxa de Desconto	24%	24%	29%
Período Projetado	9%	15%	16%
Avaliação Externa	0%	0%	0%

Fonte: Elaboração a partir da própria pesquisa.

Em consonância com os resultados acima, as demais observações também apontam para uma falta de evidenciação com relação ao teste. Em toda a amostra não houve nenhuma reversão de perda por *impairment*. E os quesitos que buscaram a evidenciação das premissas utilizadas pela empresa para apurar o valor recuperável, a taxa de desconto e de crescimento, e o período projetado não foram divulgados pela maioria das empresas. E nenhuma delas se utilizou da contratação de terceiros, o que seria um meio de dar mais independência a realização do teste. Segue tabela com estas informações:

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste trabalho mostram que dentre as empresas analisadas poucas estão realmente evidenciando as informações a cerca da realização do teste de *impairment* de forma completa e suficiente para que os usuários externos possam compreender as estimativas realizadas, e ter confiança de que as premissas adotadas refletem realmente a realidade.

Ao analisarmos os resultados das análises percentuais, fica evidente que a maioria das empresas (mais de 90% a cada ano) apresentaram em suas demonstrações o teste de *impairment,* mas que destas, as que evidenciaram realmente a realização do teste ficaram em percentual bem distante deste (no máximo 26% a cada ano para o imobilizado e 39% para o intangível).

Igualmente fica claro que poucas foram aquelas que durante o período abrangido por esta análise identificaram por seu teste, ativos avaliados a valores superiores ao seu valor recuperável e, que por tanto tenham reconhecido em seu resultado perda por *impairment*, em que o percentual de perdas a cada período foi de no máximo 13%.

Por esta análise mostra-se ainda que em geral as empresas verificadas por este trabalho evidenciaram poucas informações a respeito da realização do teste, como com relação as premissas assumidas pela empresa, e como o período de projeção dos fluxos e caixa futuros utilizados para estimar o valor em uso do bem.

Desta forma conclui-se este trabalho, com o propósito de ter contribuído para uma melhor percepção a cerca da importância da evidenciação do teste de *impairment,* bem como o de ter elencado as informações que as empresas têm disponibilizado em suas demonstrações nos últimos anos. Este trabalho ainda intui embasar a pesquisas futuras no sentido de melhorar a evidenciação do teste de *impairment.* Após este trabalho ainda haverá muito a ser feito, principalmente no sentido de incentivar as empresas a evidenciação apropriada do teste de *impairment*, fica, porém aberta a discussão para outras pesquisas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, José Elias F. de; ALBANI, Patricia Costa. Teste de *Impairment* de Ativos: Análise Comparativa da Evidenciação das Companhias Abertas Listadas no Novo Mercado por Setor da Economia e Auditorias. **9º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE,** 2012, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/598.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

BORBA, José Alonso; ZANDONAI, Fabiana. O Que Dizem os Achados das Pesquisas Empíricas Sobre o Teste de *Impairment:* Uma Análise dos *Journals* em Língua Inglesa. **5º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE,** 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/577.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais.** Plano de Trabalho – 2008 a 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/convergencia_29dez2008.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).** Dispõe sobre a Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 639/10, de 07 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 1055/05, de 07 de outubro de 2005. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC), e dá outras providências. Disponívelem: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2005/001055>. Acesso em: 28 jan. 2013.

CUNHA, J. V. A. da; FERNANDES, N. A. C.; RODRIGUES, L. A. Perdas no Valor Recuperável de Ativos: Uma Análise de Sua Evidenciação nas Demonstrações Financeiras. **XIIIº SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO,** 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/633.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **International Accounting Standard n. 36.**Impairment of Assets. Disponível em: <http://www.ifrs.org/IFRSs/Documents/English%20IAS%20and%20IFRS%20PDFs%202012/IAS%2036.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statements of Financial Accounting Standards n. 142.** Goodwill and Other Intagible Assets. Jun 2001. Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175820927971&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs>. Acesso em: 13 fev. 2013.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **Statements of Financial Accounting Standards n. 144.** Accounting of the Impairment of Disposal of Long-Lived Assets. Ago 2001. Disponível em: <http://www.fasb.org/cs/BlobServer?blobkey=id&blobwhere=1175820919292&blobheader=application%2Fpdf&blobcol=urldata&blobtable=MungoBlobs >. Acesso em: 13 fev. 2013.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S. de; et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

MACHADO, A.; et al. Perda do Valor de Recuperação (*Impairment)* de Ativos em Campos Petrolíferos: Um Estudo das Empresas Listadas na NYSE. **9º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE,** 2009, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos92009/320.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2013.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** 15. ed. São Paulo: Altas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2.Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, D. V.; LEAL, E. A.; ROCHA, E. M. Mapeamento da Produção Acadêmica sobre o Teste de *Impairment* no Brasil: uma análise dos periódicos e anais de congresso. **7º CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE,** 2010, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos102010/409.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

SOUZA, M. et al. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. *Anais*... São Paulo, 2011.

WUERGES, A. F. E.; BORBA, J. A.; SOUZA, M. M.; LUNKES R. J. Perda no Valor Recuperável de Ativos: Fatores Explicativos do Nível de Evidenciação das Empresas de Capital Aberto Brasileiras. **11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE,** 2011, São Paulo. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos112011/222.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2013.

7. ANEXO

7.1 Anexo A – Relação de empresas da amostra

SETOR ECONÔMICO: BENS INDUSTRIAIS
BOEING
EMBRAER
LOCKHEED
COBRASMA
AUTOMETAL
DHB
FRAS-LE
IOCHP-MAXION
MARCOPOLO
METALLEVE
PLASCARPART
RANDONPART
RECRUSUL
RIOSULENSE
TUPY
WETZELS/A
WIEST
METALFRIO
LUPATECH
SCHULZ
WEG
BARDELLA
INDSROMI
INEPAR
KEPLERWEBER
NORDONMET
ACOALTONA
CATERPILLAR
METISA
BAUMER
FORJATAURUS
CONTAX
CSUCARDSYST
DTCOM-DIRECT
VALID
MINASMAQUINA
WLMINDCOM
LARKMAQS

7.2 Anexo B – Tabela de tabulação dos dados amostrais

	Empresas	Nota Explic Impairment	Imobilizado	Teste Imobili-zado	Intagível	Vida Útil Inta-gível	Teste Intangí-vel	Perda	Reversão	Taxa de Cres-cimento	Taxa de Des-conto	Período Proje-tado	Avaliação Ex-terna
1	ACO ALTONA												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
2	AUTOMETAL												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
3	BARDELLA												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
4	BAUMER												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
5	BOEING												
6	CATERPILLAR												
7	COBRASMA												
	2010	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012												
8	CONTAX												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
9	CSU CARDSYST												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
10	D H B												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012												

	Empresas	Nota Explic Impairment	Imobilizado	Teste Imobili-zado	Intagível	Vida Útil Inta-gível	Teste Intangí-vel	Perda	Reversão	Taxa de Cres-cimento	Taxa de Des-conto	Período Proje-tado	Avaliação Ex-terna
11	DTCOM-DIRECT												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
12	EMBRAER												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não
13	FORJA TAURUS												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
14	FRAS-LE												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
15	INDS ROMI												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
16	INEPAR												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
17	IOCHP-MAXION												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
18	KEPLER WEBER												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
19	LARK MAQS												
20	LOCKHEED												

	Empresas	Nota Explic Impairment	Imobilizado	Teste Imobili-zado	Intagível	Vida Útil Inta-gível	Teste Intangí-vel	Perda	Reversão	Taxa de Cres-cimento	Taxa de Des-conto	Período Proje-tado	Avaliação Ex-terna
21	LUPATECH												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
22	MARCOPOLO												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não
23	METAL LEVE												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
24	METALFRIO												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não
25	METISA												
	2010	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
26	MINASMAQUINA												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
27	NORDON MET												
	2010	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
28	PLASCAR PART												
	2010	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
29	RANDON PART												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

	Empresas	Nota Explic Impairment	Imobilizado	Teste Imobili-zado	Intagível	Vida Útil Inta-gível	Teste Intangí-vel	Perda	Reversão	Taxa de Cres-cimento	Taxa de Des-conto	Período Proje-tado	Avaliação Ex-terna
30	RECRUSUL												
	2010	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
31	RIOSULENSE												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
32	SCHULZ												
	2010	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
33	TUPY												
	2010	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
34	VALID												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
35	WEG												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	WETZEL S/A												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	WIEST												
38	WLM IND COM												
	2010	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2011	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
	2012	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não